

MARCOPOLO S.A.
C.N.P.J. nº 88.611.835/0001-29
NIRE nº 43 3 0000723 5
Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

1. Comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009:

1.1. a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

O ano de 2009 começou sob forte turbulência provocada pelo colapso do sistema financeiro internacional. Os fluxos comerciais diminuíram drasticamente e inúmeros pacotes de estímulos econômicos surgiram ao redor do mundo. No Brasil, o esforço foi concentrado em ampliar o consumo interno e apoiar a indústria nacional. Porém, isso não impediu que a falta de crédito e o encarecimento das linhas de financiamento afetassem a demanda por bens de capital em geral. No caso da Marcopolo, a queda na demanda foi sentida desde os primeiros meses do ano e a retomada do mercado de ônibus iniciou-se somente no último trimestre.

A Companhia apresenta saudáveis condições patrimoniais e financeiras:

- ✓ Consistente geração de lucros;
- ✓ Geração operacional de caixa e confortável posição financeira;
- ✓ Adequada estrutura de capital, com financiamento de terceiros com custo competitivo;
- ✓ Baixo nível de endividamento do segmento industrial;

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. Hipóteses de resgate

Não se aplica.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O caixa disponível é 30% superior ao valor de todos os compromissos financeiros de curto prazo. O endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 1,1 vezes o EBITDA (ajustado) em 31/12/2009.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré pagamentos e pré embarques atrelados às operações de exportações. Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como o FINEP e o FINAME.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

ACCs, pré pagamento, pré embarque, FINEP e FINAME.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

	Taxa Média Ponderada % a.a.	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
Moeda nacional					
FINAME	2,32	7.673	1.927	8.547	3.085
Empréstimos bancários	2,58	1.805	34.389	46.187	35.813
FINEP	6,29	106.568	80.629	116.572	127.964
Pré-embarque especial	4,83	315.349	209.300	315.349	209.300
FIDC - Marcopolo Financeiro	CDI + 1,40			24.573	33.911
Moeda estrangeira					
Adiantamentos de contratos de câmbio	4,54	45.484	69.038	48.432	78.898
Pré-pagamento de exportação em					
Dólares norte-americanos	2,24	70.190	94.952	71.028	96.450
Financiamento em dólares	6,75	17.476	13.653	21.363	148.918
Financiamento em pesos argentinos	20,00			2.319	2.718
Financiamento em pesos colombianos	8,32			17.157	27.410
Financiamento em randes sul-africanos	10,00			26.062	6.850
Financiamento em euros	5,50			14.283	10.488
Financiamento em rúpias indianas	11,00			27.997	23.306
Captações no mercado aberto					
Moeda nacional					
BNDES	TJLP + 1,00			514.493	375.008
		<u>564.545</u>	<u>503.888</u>	<u>1.254.362</u>	<u>1.180.119</u>
Passivo circulante		<u>(126.682)</u>	<u>(287.594)</u>	<u>(385.633)</u>	<u>(628.416)</u>
Passivo não circulante		<u>437.863</u>	<u>216.294</u>	<u>868.729</u>	<u>551.703</u>

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Vide demonstrativo acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

- ✓ A receita líquida consolidada alcançou R\$ 2.057,7 milhões, 18,7% abaixo dos R\$ 2.532,2 milhões do exercício de 2008. As vendas para o mercado interno geraram receitas de R\$ 1.408,2 milhões, 9,3% abaixo dos R\$ 1.553,4 milhões do exercício anterior, e representando 68,4% da receita líquida total (61,3% em 2008). As exportações somadas aos negócios no exterior atingiram R\$ 649,5 milhões, contra R\$ 978,8 milhões no exercício anterior, queda de 33,6%.
- ✓ As despesas com vendas somaram R\$ 152,2 milhões em 2009 e representaram 7,4% da receita líquida, enquanto que no ano anterior estas despesas foram de R\$ 146,2 milhões ou 5,8% da receita. Este aumento decorreu, basicamente, das provisões para crédito de liquidação duvidosa de R\$ 25,4 milhões (R\$ 8,5 milhões em 2008) realizadas pelo Banco Moneo, que poderão ser revertidas, em parte, ainda em 2010.
- ✓ O resultado financeiro líquido em 2009 foi positivo em R\$ 46,4 milhões, contra um resultado negativo de R\$ 38,9 milhões em 2008. Este resultado foi originado principalmente da variação cambial de R\$ 23,7 milhões e do ajuste a valor presente de R\$ 15,8 milhões. As receitas financeiras somaram R\$ 229,5 milhões no ano contra R\$ 171,0 milhões no exercício anterior, e as despesas financeiras foram de R\$ 183,1 milhões em 2009 e de R\$ 209,9 milhões em 2008.
- ✓ Caixa e equivalentes a caixa: aumento decorrente da maior geração operacional de caixa, diminuição de estoques e redução de impostos a recuperar.
- ✓

1.2. a. Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 2.057,7 milhões, 18,7% abaixo dos R\$ 2.532,2 milhões do exercício de 2008. As vendas para o mercado interno geraram receitas de R\$ 1.408,2 milhões, 9,3% abaixo dos R\$ 1.553,4 milhões do exercício anterior, e representando 68,4% da receita líquida total (61,3% em 2008). As exportações somadas aos negócios no exterior atingiram R\$ 649,5 milhões, contra R\$ 978,8 milhões no exercício anterior, queda de 33,6%. As receitas por produto e mercado de destino são apresentadas na tabela abaixo.

PRODUTOS ⁽¹⁾	2009		2008		TOTAL	
	MI	ME	MI	ME	2009	2008
Rodoviários	413,5	273,3	426,5	364,7	686,8	791,2
Urbanos	388,4	205,1	361,6	393,4	593,5	755,0
Micros	61,1	34,6	83,1	42,4	95,7	125,5
Minis – LCV	16,4	53,2	5,7	3,3	69,6	9,0
Subtotal carrocerias	879,4	566,2	876,9	803,8	1.445,6	1.680,7
Volares ⁽²⁾	414,6	20,0	544,7	57,8	434,6	602,5
Chassis	-	-	0,6	26,6	-	27,2
Peças e outros	114,2	63,3	131,2	90,6	177,5	221,8
TOTAL GERAL	1.408,2	649,5	1.553,4	978,8	2.057,7	2.532,2

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O lucro bruto totalizou R\$ 395,8 milhões, ou 19,2% da receita líquida (18,7% em 2008). A melhora de 0,5 ponto percentual na margem decorre dos preços praticados no mercado interno e da deflação das principais matérias primas. A ociosidade resultante da menor produção ao longo dos nove primeiros meses do ano e a curva de aprendizado na introdução em linha da Geração 7 de ônibus rodoviários impediram uma melhora ainda maior da margem bruta. Além disso, a valorização cambial comprimiu as margens das exportações.

O resultado financeiro líquido em 2009 foi positivo em R\$ 46,4 milhões, contra um resultado negativo de R\$ 38,9 milhões em 2008. Este resultado foi originado principalmente da variação cambial de R\$ 23,7 milhões e do ajuste a valor presente de R\$ 15,8 milhões. As receitas financeiras somaram R\$ 229,5 milhões no ano contra R\$ 171,0 milhões no exercício anterior, e as despesas financeiras foram de R\$ 183,1 milhões em 2009 e de R\$ 209,9 milhões em 2008.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 2.057,7 milhões em 2009, 18,7% abaixo dos R\$ 2.532,2 milhões do exercício de 2008. O lucro bruto totalizou R\$ 395,8 milhões, ou 19,2% da receita líquida (18,7% em 2008). A melhora de 0,5 ponto percentual na margem bruta decorre dos preços praticados no mercado interno e da deflação das principais matérias primas. A ociosidade resultante da menor produção ao longo dos nove primeiros meses do ano e a curva de aprendizado na introdução em linha da Geração 7 de ônibus rodoviários impediram uma melhora ainda maior da margem bruta. Além disso, a valorização cambial comprimiu as margens das exportações.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Vide comentários do item 1.2.a.ii.

1.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exterior, a nova fábrica do Egito, atualmente em fase pré-operacional, deverá entrar em curso normal de operação neste 1º semestre de 2010, agregando 600 unidades ao consolidado da Marcopolo neste ano, proporcional à participação de 49,0% da Marcopolo na sociedade com o Grupo GB Auto.

c. Eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

1.4.a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Determinação da vida útil-econômica

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a Companhia concluiu a primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. Para fins dessa análise, a Companhia contratou empresa especializada, que emitiu Laudo de Avaliação datado de 31 de dezembro de 2009. Para a elaboração do laudo, a empresa de avaliação considerou o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vivência dos bens. Considerando que historicamente a Companhia não efetua a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão na forma de sucata, o valor residual dos itens do imobilizado foi considerado como sendo igual a zero. A nova estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado foi contabilizada de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2009.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve.

1.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da

situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 2009 e 2008 estão descritas a seguir:

(a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

(b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, valorização de instrumentos derivativos passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

(c) Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado. Para as empresas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço e compõe o saldo de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

(e) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e freqüente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta

categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção). Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

(f) Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

(g) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a

Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2009 e 2008 correspondia a, em média, 8,8% a.a.

(h) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

(i) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(j) Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor de custo ou líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações nas taxas de câmbio ou as variações monetárias auferidas.

(k) Investimentos em controladas e coligadas

Custo e/ou valor patrimonial

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

Quando necessário, as práticas contábeis da controlada e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Ágio

O ágio determinado na aquisição de um investimento é calculado como a diferença entre o valor de compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. Os ágios registrados no grupo de intangíveis e fundamentados em rentabilidade futura, foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 .

(l) Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

(m) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. Terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Determinação da vida útil-econômica

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a Companhia concluiu a primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. Para fins dessa análise, a Companhia contratou empresa especializada, que emitiu Laudo de Avaliação datado de 31 de dezembro de 2009. Para a elaboração do laudo, a empresa de avaliação considerou o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vivência dos bens. Considerando que historicamente a Companhia não efetua a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão na forma de sucata, o valor residual dos itens do imobilizado foi considerado como sendo igual a zero. A nova estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado, está apresentada na Nota 09, e foi contabilizada de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2009.

(n) Intangíveis

Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

Outros ativos intangíveis

Os custos com a aquisição de patentes, marcas comerciais, licenças e direitos de exploração são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis.

(o) Diferido

O diferido, formado até 31 de dezembro de 2008, por despesas pré-operacionais é amortizado no período de até cinco anos.

(p) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis.

(q) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento).

(r) Passivos circulante e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

(s) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável uma saída de recursos para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

(t) Benefícios a funcionários

Obrigações de pensão

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para os planos de contribuição definida, a empresa paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a empresa não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Benefícios de demissão

Os benefícios de demissão são pagos sempre que o vínculo empregatício do funcionário é encerrado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que um funcionário aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de demissão quando está demonstravelmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários segundo um plano formal e detalhado sem possibilidade de desistência ou com a concessão de benefícios de demissão em virtude de uma oferta de demissão voluntária.

Participação nos lucros e bônus

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

Remuneração com base em ações

A Companhia oferece a empregados e executivos planos de remuneração com base em ações, liquidados em ações da Companhia, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições.

Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, prospectivamente.

(u) Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

(v) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio são originalmente registrados na determinação do resultado como despesa financeira, sendo posteriormente revertidos na apuração do lucro líquido do exercício e demonstrados como destinação dos lucros acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Para fins fiscais, foram tratados como despesa financeira, reduzindo a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

(w) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente pela venda de mercadorias e serviços no curso normal das atividades e é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita pela venda de produtos e mercadorias é reconhecida: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador.

A receita proveniente de *royalties* é reconhecida pelo regime de competência, de acordo com a essência dos acordos relevantes. A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

1.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Conforme mencionado no parecer dos auditores independentes, os exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, os exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nenhuma imperfeição que

viesses a comprometer a confiabilidade dos dados financeiros apresentados ao mercado foi identificada e/ou reportada pelos auditores.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve.

1.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

d. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

1.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iv. Contratos de construção não terminada

Não se aplica.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

1.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 1.8, comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

1.10. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos previstos e em andamento se referem em sua maioria a projetos de modernização das unidades industriais e capacitação da mãe de obra no Brasil e no exterior. Os investimentos no ativo imobilizado demandarão recursos da ordem de R\$ 60,0 milhões em 2010.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos planejados para 2010 serão financiados basicamente através da geração própria de caixa, FINEP e FINAME.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A *joint venture* "TATA MARCOPOLO MOTORS LIMITED", na Índia, produz ônibus urbanos e minis. Na consolidação proporcional à participação de 49,0% da Marcopolo na sociedade, foi considerada apenas a produção dos miniônibus, que somou 2.517 unidades. No seu primeiro ano de consolidação, a *joint venture* já representou 44,1% da produção das empresas no exterior, consolidada pela Marcopolo. A expectativa de produção para 2010 é de 12.000 unidades, sendo que deste total, 6.000 seriam consolidadas para a Marcopolo.

A *joint venture* com o grupo GB AUTO, no Egito, propiciará à Marcopolo atuar tanto no mercado egípcio, como nos mercados do Oriente Médio e dos continentes africano e europeu. Em fase pré-operacional até o final de 2009, a unidade localizada na cidade de Suez proporcionou a consolidação de 207

unidades, referente aos 49,0% de participação da Marcopolo na sociedade. Conforme divulgado em dezembro de 2009, o *guidance* de produção proporcional à participação da Marcopolo na JV é de 600 unidades em 2010.

A nova geração de ônibus rodoviários (Geração 7) lançada pela Marcopolo em junho de 2009, propiciou à Companhia o registro de 35 patentes junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Em junho, a Marcopolo apresentou ao mercado os primeiros modelos da nova família de ônibus rodoviários da Geração 7. Esta nova geração criou um novo padrão de qualidade, conforto, segurança, robustez e economia, aliado a um *design* inovador e futurista, e tem o foco voltado ao atendimento das necessidades e demandas dos usuários, e à redução dos custos dos operadores.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Geração 7 é resultado de mais de três anos de desenvolvimento e pesquisa de campo, com investimentos da ordem de R\$ 30,0 milhões.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Nova geração (Geração 7) de ônibus rodoviários.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Vide item 1.10.c.ii.

1.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Nada a comentar.

2.) Destinação do lucro líquido do exercício 2009:

A administração da companhia submete à apreciação da Assembléia Geral, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido do exercício 2009:

- 2.1.** Nas reuniões realizadas no dia 1º de setembro de 2009 e 11 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos, à conta do exercício social de 2009, no valor total de **R\$71.798.133,24** (setenta e um milhões, setecentos e noventa e oito mil, cento e trinta e três reais e vinte e quatro centavos), sendo que, do referido valor, **(i) R\$42.049.997,04 referem-se a juros sobre o capital próprio**, a serem imputados aos dividendos por conta do exercício de 2009, e dos quais R\$13.420.211,82 já foram pagos em 30/09/2009, a razão de R\$0,06 por ação, R\$13.420.211,82 foram pagos em 30.12.2009, também a razão de R\$0,06 por ação, e R\$15.209.573,40 foram creditados no dia 14.12.2009, data em que as ações passaram a ser negociadas *ex juros*, e serão

pagos aos acionistas a partir de 31 de março de 2010, a razão de R\$0,068 por ação; e **(ii) R\$29.748.136,20 referem-se a dividendos antecipados**, também por conta do exercício 2009, já creditados no dia 14.12.2009, data em que as ações passaram a ser negociadas *ex dividendos*, e serão pagos a partir do dia 31 de março de 2010, a razão de R\$0,133 por ação. Assim, propõe esta administração que a Assembléia ratifique os juros e dividendos distribuídos.

2.2. Em sendo a proposta referida no item 2.1 acima aceita e aprovada pelos acionistas, ficará assim a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2009, no montante de R\$ 136.783.414,90 (cento e trinta e seis milhões, setecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e quatorze reais e noventa centavos):

I - R\$ 6.839.170,74 (seis milhões, oitocentos e trinta e nove mil, cento e setenta reais e setenta e quatro centavos) para Reserva Legal, o que corresponde a 5% do Lucro Líquido;

II - R\$71.798.133,24 (setenta e um milhões, setecentos e noventa e oito mil, cento e trinta e três reais e vinte e quatro centavos) para pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos a todas as ações da companhia; e,

III - o saldo remanescente, no montante de R\$ 58.146.110,92 (cinquenta e oito milhões, cento e quarenta e seis mil, cento e dez reais e noventa e dois centavos), será destinado, na sua totalidade, para as seguintes reservas estatutárias:

- Reserva para futuro aumento de capital – R\$47.885.032,52, o que corresponde a 82,35% do remanescente do lucro líquido, representando 12,35% a mais do limite estatutário, que é de 70%, porém o seu saldo não excede o limite de 60% do capital social; e

- Reserva para compra das próprias ações – R\$10.261.078,40, o que corresponde a 17,65% do remanescente do lucro, e seu saldo corresponde a 8,98% do capital social, não excedendo, portanto, o limite máximo permitido pelo Estatuto Social, que é de 10% do capital social.

3. Informações adicionais sobre a Destinação do Lucro Líquido:

Em cumprimento ao disposto no inciso II, § 1º, do Artigo 9º da Instrução CVM 481/09, e em complemento as informações contidas no item 2 acima, a administração informa que:

3.1. O Lucro líquido do exercício 2009 foi de R\$ 136.783.414,90 (cento e trinta e seis milhões, setecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e quatorze reais e noventa centavos);

3.2. O valor total dos dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente por conta do exercício de 2009, é de R\$71.798.133,24, conforme especificado no item 2 acima, e representa 52,49% do lucro líquido do exercício, sendo que o valor líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$67.119.389,98, representa 49,07% do lucro líquido do exercício;

3.3. O valor total dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos à conta do exercício social de 2008 foi de R\$52.077.771,57 (cinquenta e dois milhões, setenta e sete mil, setecentos e setenta e um reais e cinquenta e sete centavos), sendo R\$37.258.893,48 a título de juros sobre o capital próprio, a razão de R\$0,1672 por ação, e R\$14.818.878,09 a título de dividendos, a razão de R\$0,0665 por ação, sendo

que o valor total líquido dos referidos juros e dividendos, pagos por conta do exercício de 2008, foi de R\$47.659.337,56 (quarenta e sete milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos), e representou 35,14% do lucro líquido daquele exercício;

3.4. O valor total dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2009, já foram declarados e aprovados antecipadamente, conforme especificado no item 2 acima, restando à Assembléia ratificar as deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas nos dias 1º de setembro de 2009 e 11 de dezembro de 2009, conforme já especificado no item 2 acima;

3.5. Nos exercícios sociais de 2006, 2007, 2008 e 2009, os valores por ação relativos ao lucro líquido e aos juros e dividendos pagos pela Companhia, tanto para as ações ordinárias escriturais como para as ações preferenciais escriturais, são os seguintes:

	2006	2007	2008	2009
Valor por ação do lucro líquido	R\$ 0,539	R\$ 0,646	R\$ 0,608	R\$ 0,612
Valor por ação dos juros/dividendos	R\$ 0,2254	R\$ 0,3353	R\$ 0,2337	R\$ 0,3210
- Juros s/capital próprio	R\$ 0,1654	R\$ 0,1543	R\$ 0,1672	R\$ 0,1880
- Dividendos	R\$ 0,0600	R\$ 0,1810	R\$ 0,0665	R\$ 0,1330

3.6. Todas as ações da companhia (ordinárias escriturais e preferenciais escriturais) recebem o mesmo valor a título de dividendos. De acordo com o Artigo 37 do Estatuto Social, o dividendo é assim calculado:

Artigo 37 (do Estatuto Social)

Do lucro, após as deduções legalmente previstas, inclusive a formação da provisão para participação a empregados quando concedida, e da provisão de até 10% para participação aos administradores referidos no Artigo 25 deste Estatuto, será a seguinte a destinação do lucro líquido apurado:

- a) 5% para a constituição do fundo de reserva legal, observado o disposto no Artigo 193, da Lei nº 6.404/76;
- b) 25%, no mínimo, do remanescente, para o pagamento de dividendo à todas as ações da Companhia, a título de dividendo obrigatório;

3.7. O valor total dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos, pago nos últimos anos pela Companhia, ultrapassa em muito o mínimo obrigatório. Em 2006 representaram 38,57% do lucro líquido; em 2007 representaram 53,70% do lucro líquido; em 2008 representaram 35,14% e, em 2009, representam 49,07% do lucro líquido do exercício.

3.8. No exercício de 2009 não houve destinação de resultado para Reserva de contingências e para Reserva de lucros a realizar, nem para Reserva de Incentivos fiscais. Foi destinado o valor de R\$ 58.146.110,92 para duas reservas estatutárias (Reserva para futuro aumento de capital e Reserva para compra das próprias ações), conforme já especificado no inciso III do item 2.2. acima.

Paulo Pedro Bellini
Presidente do Conselho de Administração

Carlos Zignani
Secretário do Conselho de Administração